

Alerta Legislação nº 22, de 30 de maio a 4 jun. 2016
Boletim semanal

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL)

→ Conselho Diretor (CD)

■ **RESOLUÇÃO Nº 667, DE 30 DE MAIO DE 2016**

Aprova o Regulamento Geral de Acessibilidade em Serviços de Telecomunicações de interesse coletivo.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
02/06/2016	<u>LEI Nº 13.293, DE 1º DE JUNHO DE 2016</u> Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que "concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, da Paraíba, do Piauí, do Rio de Janeiro, de Rondônia, de Sergipe, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Roraima, de Santa Catarina, do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios", para acrescentar os Estados do Amazonas, do Pará, do Acre, do Mato Grosso do Sul e do Paraná <u>LEI Nº 13.240, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nos 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015. <u>LEI Nº 13.195, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015</u> Altera a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para estabelecer que a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF ficará encarregada da gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR até a completa liquidação das obrigações deste Fundo, as Leis nºs 4.829, de 5 de novembro de 1965, e 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. <u>DECRETO Nº 8.782, DE 1º DE JUNHO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 7.784, de 7 de agosto de 2012, que aprova a

	Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Esporte.
01/06/2016	<u>LEI Nº 13.292, DE 31 DE MAIO DE 2016</u> Altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, para dispor sobre o Seguro de Crédito à Exportação, as Leis nos 9.818, de 23 de agosto de 1999, e 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, para dispor sobre o Fundo de Garantia à Exportação, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para dispor sobre a utilização de imóveis da União para integralização de fundo garantidor e sobre a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF), o Decreto-Lei nº 857, de 11 de setembro de 1969, para dispor sobre moeda de pagamento de obrigações exequíveis no Brasil, e a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, para dispor sobre a utilização de imóveis da União para integralização de fundo garantidor; e dispõe sobre a concessão pela União de seguro de investimento no exterior contra riscos políticos e extraordinários. <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 729, DE 31 DE MAIO DE 2016</u> Altera a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil.
31/05/2016	<u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 27, DE 2016</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 703, de 18 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União no dia 21, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para dispor sobre acordos de leniência", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 29 de maio do corrente ano. <u>DECRETO Nº 8.781, DE 30 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2280 (2016), de 7 de abril de 2016, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que renova o regime de sanções aplicáveis ao Sudão do Sul.
30/05/2016	<u>DECRETO Nº 8.780, DE 27 DE MAIO DE 2016</u> Transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	SECRETARIA DE PORTOS (SEP) ↳ Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 31 DE MAIO DE 2016</u> Aprova A Norma Que Regula A Exploração de Áreas e Instalações

	Portuárias Sob Gestão da Administração do Porto, No Âmbito dos Portos Organizados.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 1º DE JUNHO DE 2016</u> (...) Art. 1º A Instrução Normativa nº 03, de 12 de maio de 2004, expedida pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, passa a vigorar com as seguintes alterações: (...) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 30 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Incorporar ao ordenamento jurídico brasileiro os Requisitos Fitossanitários para Eucalyptus ssp. (Eucalipto) segundo País de Destino e Origem para os Estados Partes, aprovados pela Resolução MERCOSUL/GMC/RES. Nº 43/15, que consta como Anexo da presente Instrução Normativa. (...)
Modificação dada pela MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, DE 12 DE MAIO DE 2016 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações Denominação anterior: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN) <u>RESOLUÇÃO Nº 194, DE 30 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Aprovar a Norma CNEN NN 7.01 Certificação da Qualificação de Supervisores de Proteção Radiológica, anexa a esta Resolução. (...)
Ministério da Cultura (MinC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 89, DE 1º DE JUNHO DE 2016</u> Homologação do tombamento do Teatro Cultura Artística, município de São Paulo, no Estado de São Paulo. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) ↳ Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização <u>PORTARIA Nº 27, DE 30 DE MAIO DE 2016</u> (...)

	I - Permissão n.º 23, Anexo I, Seção I, da Portaria Iphan n.º 54/2014, publicada no DOU em 10/10/2014, em nome da arqueóloga Erika Marion Robrahn-González, referente ao processo n.º 01500.002298/2014-28, Projeto de "Diagnóstico, Prospeção e Monitoramento Arqueológico do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no Município do Rio de Janeiro", tendo em vista solicitação do empreendedor. (...)
Ministério da Defesa (MD)	COMANDO DA MARINHA (CM) ↳ Diretoria-Geral de Navegação (DGN) ↳↳ Diretoria de Portos e Costas (DPC) <u>PORTARIA Nº 164/DPC, DE 25 DE MAIO DE 2016</u> Adota normas para determinação da massa bruta de contêineres cheios a serem embarcados no território nacional.
Modificação dada pela MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, DE 12 DE MAIO DE 2016 Ministério da Educação e Cultura Denominação anterior: Ministério da Educação (MEC)	CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) ↳ Câmara de Educação Básica (CEB) <u>RESOLUÇÃO Nº 4, DE 30 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre as Diretrizes Operacionais Nacionais para a remição de pena pelo estudo de pessoas em privação de liberdade nos estabelecimentos penais do sistema prisional brasileiro. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) <u>PORTARIA Nº 82, DE 2 DE JUNHO DE 2016</u> Revoga o disposto no inciso VI, do art. 3º e a tabela 5 do anexo II da Portaria Capes nº 60, de 4 maio de 2015, que dispõem sobre auxílio material didático. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SETEC) <u>PORTARIA Nº 19, DE 2 DE JUNHO DE 2016</u> Prorroga o prazo para apresentação do Relatório Final da Comissão, instituída pela Portaria Nº 04, de 27 de janeiro de 2016.
Ministério da Fazenda (MF)	BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) <u>CIRCULAR Nº 3.792, DE 1º DE JUNHO DE 2016</u> Altera as Circulares ns. 3.090, de 1º de março de 2002, 3.093, de 1º de março de 2002, 3.569, de 22 de dezembro de 2011, e 3.632, de 21 de fevereiro de 2013, no que diz respeito à regra de replicação de informação na hipótese de ausência de dados relativos a um ou mais dias do período de cálculo de recolhimentos compulsórios e encaixe obrigatório. <u>RESOLUÇÃO Nº 4.497, DE 31 DE MAIO DE 2016</u> Altera o mecanismo de direcionamento dos recursos captados por meio da emissão de Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) disciplinado na Seção 6-7 do Manual de Crédito Rural (MCR), regulamenta as transferências dos recursos recolhidos por conta de deficiência de aplicação do direcionamento das LCA e cria o Depósito Interfinanceiro vinculado ao Crédito Rural para cumprimento do

referido direcionamento (DIR-LCA).

RESOLUÇÃO Nº 4.496, DE 31 DE MAIO DE 2016

Altera datas de vigência e valores referentes à obrigatoriedade de informação das coordenadas geodésicas de empreendimento financiado por operações de crédito rural no Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor).

RESOLUÇÃO Nº 4.495, DE 31 DE MAIO DE 2016

Introduz no Manual de Crédito Rural (MCR) o conceito de "Garantia de Renda Mínima", referente ao valor previsto no inciso III do art. 65-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, em substituição às menções no MCR aos "recursos próprios de serviço" e aos "recursos próprios" previstos no MCR 16-10-5-"b".

RESOLUÇÃO Nº 4.494, DE 31 DE MAIO DE 2016

Altera disposições do Capítulo 5 do Manual de Crédito Rural (MCR), que trata sobre concessão de créditos a cooperativas de produção agropecuária.

RESOLUÇÃO Nº 4.492, DE 31 DE MAIO DE 2016

Estabelece a obrigatoriedade de retenção, pelas instituições financeiras, das cédulas e moedas metálicas nacionais tidas como falsas ou de legitimidade duvidosa encontradas no numerário sob sua responsabilidade.

RESOLUÇÃO Nº 4.490, DE 31 DE MAIO DE 2016

Ajusta as normas a serem aplicadas às operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) a partir de 1º de julho de 2016.

RESOLUÇÃO Nº 4.489, DE 31 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre ajustes nas normas gerais do crédito rural a partir de 1º de julho de 2016.

RESOLUÇÃO Nº 4.488, DE 31 DE MAIO DE 2016

Ajusta as normas dos programas de investimento agropecuários amparados por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a partir de 1º de julho de 2016.

RESOLUÇÃO Nº 4.487, DE 31 DE MAIO DE 2016

Ajusta dispositivos da Seção 1 (Disposições Gerais) do Capítulo 2 (Condições Básicas) do Manual de Crédito Rural (MCR).

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.648, DE 31 DE MAIO DE 2016

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.647, de 30 de maio de 2016.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.647, DE 30 DE MAIO DE 2016

Prorroga o prazo de apresentação da e-Financeira relativa a fatos ocorridos em dezembro de 2015 e no primeiro semestre de 2016.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.646, DE 30 DE MAIO DE 2016

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), e a Instrução Normativa RFB nº 1.605, de 22 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica (DSPJ) - Inativa 2016.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.645, DE 30 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre rendimentos pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos para pessoas jurídicas domiciliadas no exterior nas hipóteses que menciona.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.644, DE 30 DE MAIO DE 2016

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.370, de 28 de junho de 2013, que disciplina a aplicação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) e a Instrução Normativa RFB nº 1.454, de 25 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre a aplicação do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid).

→ **Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento - Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal**

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 30 DE MAIO DE 2016

Declara os tipos de atendimento com agendamento obrigatório que deverão constar na composição das grades de agendamento das unidades da Receita Federal.

→ **Subsecretaria de Tributação e Contencioso**

PORTARIA Nº 892, DE 1º DE JUNHO DE 2016

Dá publicidade ao acompanhamento, referente ao 1º (primeiro) trimestre de 2016, da experiência-piloto em Teletrabalho na atividade de análise e julgamento de processos administrativos fiscais nas Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ).

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL (STN)

PORTARIA Nº 315, DE 27 DE MAIO DE 2016

(...)

Art. 1º Divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal, de acordo com a Portaria nº 553, de 22 de setembro de 2014, da STN, com informações realizadas e registradas no SIAFI pelos órgãos e entidades da Administração Pública, relativo ao mês de abril de 2016, outros demonstrativos da execução orçamentária e respectivas notas explicativas.

(...)

SECRETARIA EXECUTIVA (SE)

→ **Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração**

PORTARIA Nº 181, DE 31 DE MAIO DE 2016

(...)

Art. 1º Instituir, no âmbito do Ministério da Fazenda (MF), Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SubSIGA/MF), com objetivo de identificar as necessidades relacionadas ao sistema e harmonizar as proposições a serem apresentadas à Comissão de Coordenação do SIGA.

(...)

PORTARIA Nº 206, DE 24 DE MAIO DE 2016

Disciplina o processo de monitoramento do Plano Plurianual - PPA 2016-2019, define as unidades responsáveis pela produção das informações sobre os Objetivos e respectivos atributos constantes do PPA 2016-2019, e indica os servidores responsáveis pelo preenchimento do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento -

	SIOP.
Ministério da Integração Nacional (MI)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 156, DE 31 DE MAIO DE 2016</u> Divulga o resultado da análise de projetos de infraestrutura no setor de irrigação quanto à solicitação de enquadramento ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI.
Ministério da Justiça (MJ)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 586, DE 1º DE JUNHO DE 2016</u> (...) Art. 1º Fica instituído o Núcleo de Proteção à Mulher no âmbito do Ministério da Justiça e Cidadania, com as seguintes competências: (...) CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE) ↳ Diretoria Administrativa <u>RESOLUÇÃO Nº 15, DE 25 DE MAIO DE 2016</u> Aprova a Emenda Regimental nº 01/2016, que altera dispositivos do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Defesa Econômica FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) <u>PORTARIA Nº 501, DE 31 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Constituir o Conselho da Política de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato. (...) <u>PORTARIA Nº 499, DE 27 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Instituir a Comissão Permanente de Monitoramento de Cooperações Internacionais (CPMCI), por prazo indeterminado, com o objetivo de sistematizar informações e de estabelecer procedimentos para o efetivo acompanhamento da elaboração, execução e avaliação das cooperações internacionais estabelecidas por esta Fundação. (...)
Ministério da Saúde (MS)	AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 406, DE 31 DE MAIO DE 2016</u> Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e a Resolução Normativa nº 198 de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS. ↳ Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.408, DE 27 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Proibir a comercialização e distribuição, em todo território nacional, do lote L011810 (val.: 07/10/2016) do produto EXTRATO DE TOMATE, MARCA ELEFANTE, fabricado por Cargill Agrícola S.A

	(CNPJ 60.498.706/0370-77). (...) AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) ↳ Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO RDC Nº 80, DE 30 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre oficialização de novos lotes de substâncias químicas de referência da Farmacopeia Brasileira. ↳ Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.433, DE 2 DE JUNHO DE 2016</u> [...] Art 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da importação dos medicamentos produzidos pela empresa Catalent France Beinheim SA, situada à 74, rue Principale 97930 Beinheim, França. [...] SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA Nº 679, DE 2 DE JUNHO DE 2016</u> Aprova os Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres. <u>PORTARIA Nº 656, DE 31 DE MAIO DE 2016</u> Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos. <u>PORTARIA Nº 635, DE 31 DE MAIO DE 2016</u> Mantem a obrigatoriedade da emissão do relatório "Autorização de Internação Hospitalar (Dados do Prontuário para Cobrança)" emitido pelo SISAIH0 e inclui responsáveis pela assinatura dos espelhos de AIH.
Ministério da Transparência, Fiscalização E Controle	<u>DECRETO DE 30 DE MAIO DE 2016</u> O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso I, da Constituição, resolve EXONERAR, a pedido, FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA do cargo de Ministro de Estado da Transparência, Fiscalização e Controle. Brasília, 30 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República. MICHEL TEMER
Ministério das Cidades (MCidades)	CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO Nº 608, DE 24 DE MAIO DE 2016</u> Acrescenta o art. 12-A e parágrafo único a Resolução CONTRAN nº 210, de 13 de novembro de 2006, que estabelece os limites de peso e dimensões para veículos que transitam por vias terrestres e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO Nº 606, DE 24 DE MAIO DE 2016</u> Acrescenta o Parágrafo único ao art. 3º da Resolução CONTRAN nº 509, de 27 de novembro de 2014, a fim de permitir a aplicação do sistema antitravamento das rodas (ABS) em uma ou mais rodas nas motocicletas, motonetas, triciclos e quadriciclos com cilindrada inferior a 300 cc ou, no caso de elétricos, com potência abaixo de 22

	kW. <u>RESOLUÇÃO Nº 602, DE 24 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre notificação e cobrança de multa por infração de trânsito praticada com veículo licenciado no exterior em trânsito no território nacional. <u>RESOLUÇÃO Nº 601, DE 24 DE MAIO DE 2016</u> Estabelece os critérios e padrões para a instalação de sonorizador nas vias públicas, disciplinados pelo Parágrafo único do art. 94 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB. <u>RESOLUÇÃO Nº 599, DE 24 DE MAIO DE 2016</u> Altera os modelos e especificações do Certificado de Registro de Veículo CRV e do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV e sua produção e expedição. <u>RESOLUÇÃO Nº 597, DE 24 DE MAIO DE 2016</u> Altera a Resolução CONTRAN nº 311, de 03 de abril de 2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do equipamento suplementar de segurança passiva - <i>Air Bag</i>, na parte frontal dos veículos novos saídos de fábrica, nacionais e importados. <u>RESOLUÇÃO Nº 595, DE 24 DE MAIO DE 2016</u> Altera a Resolução CONTRAN nº 221, de 11 de janeiro de 2007, que estabelece requisitos de proteção aos ocupantes e integridade do sistema de combustível decorrente de impacto nos veículos. <u>RESOLUÇÃO Nº 593, DE 24 DE MAIO DE 2016</u> Estabelece as especificações técnicas para a fabricação e a instalação de parachoques traseiros nos veículos de fabricação nacional ou importados das categorias N2, N3, O3 e O4.
Ministério das Comunicações (MC)	AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL) → Conselho Diretor (CD) <u>RESOLUÇÃO Nº 667, DE 30 DE MAIO DE 2016</u> Aprova o Regulamento Geral de Acessibilidade em Serviços de Telecomunicações de interesse coletivo.
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES (SG) → Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) → Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (DIJ) → Divisão de Atos Internacionais (DAI) <u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "APOIO NA FORMULAÇÃO E MONITORAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL PARA UNIVERSALIZAÇÃO DO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO EM GUINÉ BISSAU" (*)</u>
Ministério de Minas e Energia	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 721, DE 24 DE MAIO DE 2016</u>

(MME)	Altera os módulos 7 e 11 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que tratam da Estrutura Tarifária das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica e da Comercialização de Energia Elétrica por parte das Distribuidoras com Mercado Próprio Inferior a 500 GWh/ano, e dá outras providências.
Modificação dada pela MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, DE 12 DE MAIO DE 2016 Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário Denominação anterior: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL <u>RESOLUÇÃO Nº 8, DE 30 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre a aprovação dos parâmetros da Proposta Orçamentária para a Assistência Social, relativa ao orçamento 2017.
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 156, DE 31 DE MAIO DE 2016</u> Institui o Comitê de Governança Digital no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX) <u>PORTARIA Nº 25, DE 31 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Encerrar o procedimento especial de verificação de origem não preferencial com a desqualificação da origem Malásia para o produto "dióxido de silício precipitado", classificado no subitem 2811.22.10 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), declarado como produzido pela empresa SINOCHEN INDUSTRY. (...) SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS <u>PORTARIA Nº 295, DE 30 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre a manutenção de impetrantes nos seus respectivos postos de trabalho no âmbito da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa e dá outras providências.
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA) <u>RESOLUÇÃO Nº 561, DE 30 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre a redução temporária do limite mínimo à barragem de Santa Cecília, no Rio Paraíba do Sul, e da redução temporária da descarga mínima a jusante dos reservatórios de Paraibuna, Santa Branca e Funil, no Rio Paraíba do Sul, e de Jaguari, no Rio Jaguari. <u>RESOLUÇÃO Nº 560, DE 30 DE MAIO DE 2016</u> Art. 1º Autorizar a redução, até 30 de junho de 2016, da descarga mínima instantânea dos reservatórios de Sobradinho e Xingó, no rio

	São Francisco, de 1.300 m³/s para 800 m³/s. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) <u>PORTARIA Nº 56, DE 27 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Modificação dada pela MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, DE 12 DE MAIO DE 2016 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Denominação anterior: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 172, DE 1º DE JUNHO DE 2016</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 16.822.647,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. SECRETARIA EXECUTIVA ↳ Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) <u>PORTARIA Nº 21, DE 30 DE MAIO DE 2016</u> (...) Divulgar a execução do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais relativa ao bimestre março/abril de 2016, bem como a execução da política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, na forma do relatório anexo. (...)
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
De 30/05/2016 a 04/06/2016	Não houve
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Agricultura e Abastecimento (SAA)	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL (CONSEA) <u>DELIBERAÇÃO CONSEA/SP - 2, DE 25-5-2016</u> Institui Comissão Organizadora do "Prêmio Josué de Castro de Combate à Fome e à Desnutrição" - edição 2016 e designa membros <u>DELIBERAÇÃO CONSEA/SP - 1, DE 25-5-2016</u> Institui Júri de Seleção do "Prêmio Josué de Castro de Combate à Fome e à Desnutrição" - edição 2016 e designa membros

Cultura (SC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC - 49, DE 30-5-2016</u> Institui a Comissão de Seleção dos Editais 2016 do Programa de Ação Cultural <u>RESOLUÇÃO SC - 48, DE 30-5-2016</u> Institui a Comissão de Seleção dos Editais 2016 do Programa de Ação Cultural <u>RESOLUÇÃO SC - 47, DE 30-5-2016</u> Institui a Comissão de Seleção dos Editais 2016 do Programa de Ação Cultural <u>RESOLUÇÃO SC-52, DE 02-06-2016</u> Dispõe sobre revisão da resolução de tombamento da Escola de Farmácia e Odontologia, posterior Faculdade de Farmácia e Odontologia da USP, situada na Rua Três Rios, 363, nesta Capital <u>RESOLUÇÃO SC-51, DE 30-05-2016</u> Institui a Comissão de Seleção dos Editais 2016 do Programa de Ação Cultural <u>RESOLUÇÃO SC-50, DE 30-05-2016</u> Institui a Comissão de Seleção dos Editais 2016 do Programa de Ação Cultural
Desenvolvimento Social (SEDS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDS 06, DE 30-05-2016</u> Cria Grupo de Trabalho que será denominado "GT Recomeço Família" com a finalidade de adequar a Política de Assistência Social à Política sobre Drogas referente ao a atenção integral a família, e dá demais providências
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 40, DE 3-6-2016</u> Institui, no âmbito dos sistemas informatizados da Secretaria da Educação, a Plataforma "Foco Aprendizagem", e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SE 37, DE 31-5-2016</u> Dispõe sobre a atuação de docente como Professor Articulador Escola/Família/Comunidade no âmbito do Programa Escola da Família, e dá providências correlatas <u>PORTARIA CONJUNTA SEE-SME-1, DE 30-5-2016</u> Cria Grupo de Trabalho Intersecretarial com a finalidade de definir formas de colaboração entre o Estado de São Paulo e o Município de São Paulo na educação básica COORDENADORIA DE INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

	<u>COMUNICADO CONJUNTO CGEB-CIMA S/Nº, DE 1º-6-2016</u> Avaliação da Aprendizagem em Processo – Décima Segunda Edição - Segundo Bimestre - junho de 2016
Fazenda (SF)	COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>PORTARIA CAF-G 00017, DE 01-06-2016</u> Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referentes ao mês de MAIO/2016 cujo processamento está afeto ao Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE estarão disponíveis na rede bancária obedecendo a seguinte escala: Dia 06-06-2016 - Celetistas; Dia 07-06-2016 - Órgãos subordinados ao Gabinete do Governador, Secretarias de Estado e Pensões Especiais.
Governo (SG)	AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP Nº 651, DE 30-5-2016</u> Dispõe sobre a atualização do Custo do gás e do transporte, o repasse das variações dos preços do Gás e do Transporte fixados nas tarifas e as Tabelas Tarifárias a serem aplicadas pela Concessionária de distribuição de gás canalizado Gás Brasileiro Distribuidora S.A.. <u>DELIBERAÇÃO ARSESP Nº 650, DE 23-5-2016</u> Dispõe sobre ajuste provisório dos valores das Margens de Distribuição, atualização do Custo Médio Ponderado do gás e do transporte, sobre o repasse das variações dos preços do Gás e do Transporte fixados nas tarifas, e as Tabelas Tarifárias a serem aplicadas pela concessionária de distribuição de gás canalizado Gás Natural São Paulo Sul S.A.
Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA - 53, DE 31-5-2016</u> Regulamenta os incisos III e IV do artigo 4º do Decreto Estadual 60.321, de 01-04-2014(*), nos casos em que especifica e dá providências correlatas <i>(*) Autoriza o Secretário do Meio Ambiente a outorgar permissão e autorização de uso, a título precário, onerosa ou gratuita, de áreas dos parques urbanos, bem como de outras que também estejam sob a administração da Coordenadoria de Parques Urbanos da Secretaria do Meio Ambiente, nas condições que especifica</i> <u>RESOLUÇÃO SMA - 49, DE 31-5-2016</u> Altera dispositivos da Resolução SMA 048, de 26-05-2014, que dispõe sobre as condutas infracionais ao meio ambiente e suas respectivas sanções administrativas <u>RESOLUÇÃO SMA - 51, DE 31-5-2016</u> Disciplina o procedimento de conversão de multa administrativa simples em serviço ambiental COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (CETESB) <u>DECISÃO DE DIRETORIA - 120/2016/C, DE 1-6-2016</u> Estabelece os "Procedimentos para o licenciamento ambiental de estabelecimentos envolvidos no sistema de logística reversa, para a

	dispensa do Cadri e para o gerenciamento dos resíduos de equipamentos eletroeletrônicos pós-consumo”, e dá outras providências FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (FF) <u>PORTARIA FF - 86, DE 1-6-2016</u> Dispõe sobre a composição e vigência do Conselho Consultivo do Núcleo Picinguaba - PESM, biênio 2016/2018, e dá providências correlatas
Transportes Metropolitanos (STM)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO STM 041, DE 02-06-2016</u> Autoriza integração física e tarifária envolvendo os atendimentos metropolitanos gerenciados pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A - EMTU/SP, que especifica <u>RESOLUÇÃO STM 040, DE 02-06-2016</u> Implanta Linha Seletiva Especial Expressa Aeroporto de Guarulhos - Estação Corinthians/Itaquera - Jogos Olímpicos - Rio 2016, para o período que especifica
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP-42, DE 2-6-2016</u> Altera dispositivos da Resolução Unesp 27/2009 que “Estabelece normas para Concurso visando a obtenção do título de Livre-Docente na Unesp” <u>RESOLUÇÃO UNESP-41, DE 1º-6-2016.</u> Altera dispositivos do Estatuto da Unesp
Defensoria Pública do Estado (DPE)	SEGUNDA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO <u>ATO DA SEGUNDA SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO, DE 1-6-2016</u> Abre prazo de inscrição para 21 (vinte e uma) vagas remanescentes para atuação de Defensores Públicos classificados em qualquer unidade da capital para atuar no atendimento às pessoas presas provisoriamente
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
04/06/2016	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 471, DE 2016</u> Autoriza o Poder Executivo a instalar restaurante do programa Bom Prato, no município de Franco da Rocha. DOE, Legislativo, 04/06/2016, p. 9 <u>PROJETO DE LEI Nº 470, DE 2016</u> Dispõe sobre a classificação do Município de Sabino como Município de Interesse Turístico.

[DOE, Legislativo, 04/06/2016, p. 9](#)

PROJETO DE LEI Nº 469, DE 2016

Classifica Piedade como Município de Interesse Turístico.

[DOE, Legislativo, 04/06/2016, p. 9](#)

PROJETO DE LEI Nº 465, DE 2016

Autoriza o Poder Executivo a instalar restaurante do programa Bom Prato, no município de Santana de Parnaíba.

[DOE, Legislativo, 04/06/2016, p. 9](#)

TRIBUNAL DE CONTAS (TCE)

COMUNICADO GP Nº 07/2016

O Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo COMUNICA aos órgãos jurisdicionados das áreas estadual e municipal que está finalizando o desenvolvimento do módulo "Licitações e Contratos" - Fase IV do Sistema AUDESP.

Este novo módulo da auditoria eletrônica busca selecionar, por meio de regras previamente estabelecidas, os ajustes que serão objeto de acompanhamento de suas execuções, de forma a permitir maior eficiência e eficácia nas ações da fiscalização e, com isso, auferir a qualidade e resultados alcançados com essas contratações.

No período de 27/04 a 24/06/2016, será realizado, em caráter facultativo, um novo Piloto de Testes da Fase IV do Sistema AUDESP, com a finalidade de oferecer aos órgãos jurisdicionados estaduais e municipais a oportunidade de efetuar a remessa eletrônica dos dados de suas licitações, contratos e execuções contratuais, tanto de forma interativa como em lote, utilizando a versão final do Sistema.

Para participar deste piloto, os gestores responsáveis pelo gerenciamento do perfil de acesso dos usuários dos seus respectivos órgãos, deverão efetuar o cadastramento dos servidores que terão acesso ao AUDESP Fase IV, no Sistema de Delegação de Responsabilidade, no ícone "AUDESP – Licitações e Contratos".

Concluído o período de teste, a partir do dia 04/07/2016 a remessa eletrônica das informações de licitações, contratos e execução contratual, passa a ter caráter compulsório. Em função disto, desta data em diante:

a) Os órgãos estaduais e municipais que efetuavam a remessa de contratos e atos jurídicos análogos nos termos das vigentes Instruções 01 e 02 de 2008, só deverão fazê-lo mediante requisição que lhes será expedida noticiando-lhes que determinado ajuste foi selecionado para o exame de estilo;

b) O Sistema de Seletividade deverá ser utilizado apenas para remessa de Ajuste do 3º Setor, somente pelos órgãos municipais sujeitos a remessa eletrônica, via Sistema AUDESP (Fases I e II), de dados contábeis, Peças de Planejamento e Prestação de Contas Anuais.

c) Os órgãos municipais e estaduais não enquadrados na alínea "b" continuarão a remeter os ajustes do 3º Setor na forma prevista nas Instruções vigentes.

A remessa de dados eletrônicos de licitações, contratos e execuções contratuais, bem como das aquisições por dispensa/inexigibilidade, de valor igual ou superior a R\$ 5.887,50, equivalente a 250 (duzentos e cinquenta) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo – UFESP, deverá ser efetuada obedecendo-se os seguintes prazo:

Informações	Prazo
-------------	-------

Licitações Anuladas, Desertas, Fracassadas, Revogadas.	05 dias a contar da data da publicação do respectivo ato que concluiu o certame.
Licitações Adjudicadas	10 dias a contar da data da assinatura do Contrato ou do Ajuste Congênere.
Execução Contratual Etapa: – Liquidação da Despesa	07 dias a contar a partir da data da Liquidação da Despesa
Execução Contratual Etapa: – Pagamento da Despesa	07 dias a contar a partir da data do Pagamento da Despesa.

Dúvidas e esclarecimentos sobre a Fase IV do Sistema AUDESP deverão ser encaminhadas pelo canal "Fale Conosco", disponível na página <http://www4.tce.sp.gov.br/audesp/>.

Publique-se.

G.P., em 25 de abril de 2016

DIMAS EDUARDO RAMALHO

Presidente

[DOE, Legislativo, 04/06/2016, p. 16](#)

03/06/2016

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 2016

Altera a Organização e a Divisão Judiciárias do Estado de São Paulo, dispõe sobre a alteração de algumas sedes de circunscrições judiciárias, e dá outras providências

[DOE, Legislativo, 03/06/2016, p. 7](#)

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 461, DE 2016

Classifica Americana como Município de Interesse Turístico

[DOE, Legislativo, 03/06/2016, p. 8](#)

PROJETO DE LEI Nº 460, DE 2016

Dispõe sobre a exclusão do 3º dígito nos preços de combustíveis ao consumidor, no Estado de São Paulo

[DOE, Legislativo, 03/06/2016, p. 8](#)

PROJETO DE LEI Nº 459, DE 2016

Dispõe sobre a proibição, em território paulista, do comércio, consumo, armazenamento e uso de produtos agrotóxicos, que representem riscos à saúde da população e ao meio ambiente

[DOE, Legislativo, 03/06/2016, p. 8](#)

TRIBUNAL DE CONTAS (TCE)

COMUNICADO GP Nº 12/2016

Remessa à Justiça Eleitoral da Relação dos Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares

O Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições e à vista do deliberado, por unanimidade, pelo Tribunal Pleno em sessão de 1º de junho de 2016;

Observando que "competete à Justiça Eleitoral conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade" (art. 2º da LC n. 64/90), inclusive das decorrentes de "contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas" (art. 1º, inciso I, alínea "g", da LC n. 64/90, com

	redação dada pela LC n. 135/2010); Considerando que compete às Câmaras Municipais a deliberação final, em juízo político, sobre parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas acerca das contas que os Prefeitos devem anualmente prestar (art. 31, § 2º, da CF), e à Assembleia Legislativa o julgamento das contas prestadas pelo Governador; Considerando que incumbe ao Tribunal de Contas julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário (art. 71, II, e art. 75, da CF); COMUNICA que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em observância à legislação em vigor e em consonância com sua atual jurisprudência, e para dar consecução a Termo de Cooperação Técnica celebrado com a Procuradoria Regional Eleitoral no Estado de São Paulo (TC-A 41.153/026/13), remeterá à Justiça Eleitoral a relação dos que tiveram contas anuais ou prestação de contas julgadas irregulares. Nesta última hipótese, serão inseridos na “Relação dos Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares” os responsáveis, tanto pelas entidades beneficiárias quanto pelo órgão concessor, exceto no caso de o agente da administração pública, responsável pelos repasses, demonstrar inequivocamente que se manteve vigilante no acompanhamento da aplicação dos recursos adotando medidas corretivas, inclusive com apresentação de parecer conclusivo pela desaprovação das contas prestadas, providências de cobrança, inscrição em dívida ativa ou a propositura de ação judicial para preservação dos interesses do erário. COMUNICA, ainda, que em Sentenças e Acórdãos, quando for o caso, constarão expressamente os responsáveis que integrarão a “Relação dos Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares”. Publique-se. G.P., em 02 de junho de 2016 DIMAS EDUARDO RAMALHO Presidente DOE, Legislativo, 03/06/2016, p. 24
02/06/2016	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 455, DE 2016</u> Altera Lei nº 6.374, de 1º de Março de 1989, que institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação e dá outras providências DOE, Legislativo, 02/06/2016, p. 13
01/06/2016	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 449, DE 2016</u> Dispõe sobre a criação do programa de educação política e para a cidadania destinado aos estudantes das escolas de rede estadual de ensino DOE, Legislativo, 01/06/2016, p. 14 <u>PROJETO DE LEI Nº 447, DE 2016</u> Assegura a participação das Sociedades Cooperativas em licitações e

	contratações públicas no âmbito do Estado de São Paulo, em igualdade de condições com todos os demais concorrentes e dá outras providências DOE, Legislativo, 01/06/2016, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 446, DE 2016</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, de informações sobre os plantões dos profissionais da saúde, em toda rede do Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 01/06/2016, p. 13
31/05/2016	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 445, DE 2016</u> Classifica Pedreira como "Município de Interesse Turístico" DOE, Legislativo, 31/05/2016, p. 9
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
03/06/2016	<u>DECRETO Nº 57.037, DE 2 DE JUNHO DE 2016</u> Desafeta área pública municipal, da classe dos bens de uso comum do povo, situada na Zona Especial de Interesse Social – ZEIS 1 – W 156, demarcada no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, com a finalidade de promover Regularização Fundiária de Interesse Social. <u>DECRETO Nº 57.036, DE 2 DE JUNHO DE 2016</u> Desafeta área pública municipal, da classe dos bens de uso comum do povo, situada na Zona Especial de Interesse Social – ZEIS 1 – W159, demarcada no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, com a finalidade de promover Regularização Fundiária de Interesse Social.
02/06/2016	<u>DECRETO Nº 57.035, DE 1º DE JUNHO DE 2016</u> Altera a Tabela integrante do Decreto nº 56.737, de 18 de dezembro de 2015, que fixa o valor dos preços de serviços prestados por Unidades da Prefeitura do Município de São Paulo. <u>DECRETO Nº 57.034, DE 1º DE JUNHO DE 2016</u> Desafeta área pública municipal, da classe dos bens de uso comum do povo, pertencente a Zona Especial de Interesse Social – ZEIS 1 – W011, demarcada no Plano Diretor Estratégico, com a finalidade de promover Regularização Fundiária de Interesse Social. <u>DECRETO Nº 57.033, DE 1º DE JUNHO DE 2016</u> Caracteriza e desafeta áreas públicas municipais, da classe dos bens de uso comum do povo, situadas na Zona Especial de Interesse Social - ZEIS 1 – S044 do Plano Diretor Estratégico – Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, com a finalidade de promover Regularização Fundiária de Interesse Social. <u>DECRETO Nº 57.032, DE 1º DE JUNHO DE 2016</u>

	Desafeta área pública municipal, da classe dos bens de uso comum do povo, pertencente à Zona Especial de Interesse Social – ZEIS 1 – W259, demarcada no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, com a finalidade de promover Regularização Fundiária de Interesse Social. <u>DECRETO Nº 57.031, DE 1º DE JUNHO DE 2016</u> Coloca à disposição da Justiça Eleitoral servidores e dependências dos estabelecimentos da Rede Municipal de Ensino, com vistas ao pleito de 2 de outubro de 2016, em primeiro turno, e 30 de outubro de 2016, em segundo turno, se houver. <u>DECRETO Nº 57.030, DE 1º DE JUNHO DE 2016</u> Regulamenta a Lei nº 14.870, de 29 de dezembro de 2008, que dispõe sobre medidas a serem adotadas para a realização, na Cidade de São Paulo, de competições relativas aos Jogos Olímpicos 2016.
01/06/2016	<u>LEI Nº 16.445, DE 31 DE MAIO DE 2016</u> (PROJETO DE LEI Nº 293/11, DOS VEREADORES FLORIANO PESARO – PSDB, ANDREA MATARAZZO – PSD, AURÉLIO NOMURA – PSDB E GILSON BARRETO – PSDB) Introduz alterações no art. 1º da Lei nº 13.278, de 07 de janeiro de 2002(*), e dá outras providências. <i>(*) Dispõe sobre normas específicas em matéria de licitação e contratos administrativos no âmbito do Município de São Paulo.</i> <u>DECRETO Nº 57.029, DE 31 DE MAIO DE 2016</u> Desafeta área pública municipal, da classe dos bens de uso comum do povo, situada na Zona Especial de Interesse Social – ZEIS 1 – L327 do Plano Diretor Estratégico, com a finalidade de promover Regularização Fundiária de Interesse Social.
31/05/2016	<u>DECRETO Nº 57.026, DE 30 DE MAIO DE 2016</u> Desafeta área pública municipal, da classe dos bens de uso comum do povo, situada na Zona Especial de Interesse Social – ZEIS 1 – W127 do Plano Diretor Estratégico, com a finalidade de promover Regularização Fundiária de Interesse Social. <u>DECRETO Nº 57.025, DE 30 DE MAIO DE 2016</u> Desafeta área pública municipal, da classe dos bens de uso comum do povo, situada na Zona Especial de Interesse Social – ZEIS 1 – W053 do Plano Diretor Estratégico, com a finalidade de promover Regularização Fundiária de Interesse Social. <u>DECRETO Nº 57.024, DE 30 DE MAIO DE 2016</u> Desafeta área pública municipal, da classe dos bens de uso comum do povo, situada na Zona Especial de Interesse Social – ZEIS 1 – L58 do Plano Diretor Estratégico, com a finalidade de promover Regularização Fundiária de Interesse Social.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107